

SUMÁRIO

CAPÍTULO I – FUNÇÃO E CARREIRA DO ADVOGADO.....	27
1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA FUNÇÃO DE ADVOGADO	27
2. O ADVOGADO NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	28
3. LEI DE REGÊNCIA DA CARREIRA DE ADVOGADO E A ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL	28
3.1. Exercício da advocacia e inscrição nos quadros da OAB	29
3.2. Sociedade de advogados.....	30
3.3. Advogado empregado	31
3.4. Estagiário	32
3.5. Divulgação dos serviços profissionais prestados por advogado	33
3.6. Procuração/mandato e substabelecimento	34
3.7. Sigilo	37
3.8. Honorários advocatícios.....	37
3.9. Direitos do advogado e sua relação com os poderes e órgãos públicos	41
3.10. Imunidades e prisão.....	45
3.10.1. Imunidade e prisão relativas à atividade de advocacia	45
3.10.2. Imunidade e prisão relativas à pessoa do advogado.....	46
4. MODELOS	47
4.1. Modelo de procuração	47
4.2. Modelo de contrato de prestação de serviços profissionais (honorários contratuais)	48
CAPÍTULO II – NOÇÕES DE REDAÇÃO JURÍDICA	51
1. INTRODUÇÃO	51
2. USO DE EXPRESSÕES TÉCNICAS	51
3. O PROCESSO DIGITAL.....	52

4. ELEMENTOS DA PEÇA JURÍDICA	52
4.1. Endereçamento	53
4.2. Referência a autos	54
4.3. Introdução	54
4.4. Fatos	55
4.5. Direito	56
4.6. Do Pedido	57
4.7. Fecho	57
5. OBSERVAÇÕES ESPECIAIS PARA O EXAME DE ORDEM	57
CAPÍTULO III – INQUÉRITO POLICIAL	59
1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA	59
2. CARACTERÍSTICAS	59
3. DEFESA OBRIGATÓRIA DOS SERVIDORES PREVISTOS NO ART. 144 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	62
4. FORMAS DE INSTAURAÇÃO	63
4.1. Ação penal privada	63
4.1.1. Fluxograma: instauração do inquérito nos crimes de ação penal privada	63
4.2. Ação penal pública condicionada à representação	63
4.3. Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça	64
4.3.1. Fluxograma: instauração do inquérito nos crimes de ação penal pública condicionada	64
4.4. Ação penal pública incondicionada	65
4.4.1. Fluxograma: instauração do inquérito policial nos crimes de ação penal pública incondicionada	65
5. DILIGÊNCIAS	66
6. INCOMUNICABILIDADE DO INVESTIGADO PRESO	67
7. IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	67

8. INDICIAMENTO.....	67
9. PRAZO.....	68
10. CONCLUSÃO.....	68
11. ARQUIVAMENTO.....	69
12. O JUIZ DE GARANTIAS.....	70
13. SITUAÇÕES DE TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL PELA ATUAÇÃO DO ADVOGADO	71
14. MODELOS DE PEÇAS	72
14.1. Instauração de inquérito policial	72
14.2. Representação.....	75
14.3. Modelo de procuração com poderes para advogado requerer instauração de inquérito policial e ajuizar queixa-crime (art. 44 do CPP).....	77
14.4. Modelo de procuração com poderes para advogado ofertar representação (art. 39, CPP).....	78
15. PASSO A PASSO DA ATUAÇÃO DO ADVOGADO NO INQUÉRITO POLICIAL	79
15.1. Providências e acompanhamento.....	79
CAPÍTULO IV – PROCESSO PENAL	81
I. CONSIDERAÇÕES SOBRE A AÇÃO PENAL.....	81
1. AÇÃO PENAL PÚBLICA.....	81
1.1. Ação penal pública incondicionada.....	81
1.2. Ação penal pública condicionada	81
1.2.1. Representação da vítima	82
1.2.2. Requisição do Ministro da Justiça	82
1.2.3. Estelionato, representação, retroatividade e retorno da ação penal pública incondicionada.....	83
2. AÇÃO PENAL PRIVADA.....	83
2.1. Ação penal originariamente privada	83
2.2. Ação penal privada subsidiária da pública.....	84
3. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL.....	84

3.1.	Requisitos do acordo de não persecução penal	85
3.2.	Procedimento	86
3.3.	Desfecho do acordo	87
4.	DENÚNCIA OU QUEIXA	87
4.1.	Requisitos da peça acusatória	87
4.2.	Titularidade para o oferecimento da peça acusatória	88
4.3.	Prazo para o oferecimento da denúncia ou queixa.....	88
II.	PROCEDIMENTO COMUM	89
1.	PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO	89
1.1.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	90
1.1.1.	Rejeição da denúncia ou queixa.....	90
1.1.2.	Recebimento da denúncia ou queixa.....	90
1.2.	Citação do acusado	91
1.2.1.	Citação pessoal.....	92
1.2.2.	Citação com hora certa	92
1.2.3.	Citação por edital.....	93
1.2.4.	Regras especiais da citação.....	93
1.3.	Resposta à acusação	94
1.4.	Absolvição sumária	94
1.5.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	95
1.6.	Provas no processo penal	96
1.6.1.	Noções gerais	96
1.6.2.	Fatos dependentes de prova	96
1.6.3.	Produção antecipada de prova	96
1.6.4.	Poderes instrutórios do juiz	96
1.6.5.	A prova emprestada.....	96
1.6.6.	Provas ilícitas e provas ilegítimas	97

1.6.6.1.	Correntes doutrinárias acerca da prova ilícita	97
1.6.6.2.	Provas ilícitas por derivação.....	98
1.6.7.	Provas em espécie	98
1.6.7.1.	Interrogatório do acusado	98
1.6.7.2.	Confissão	100
1.6.7.3.	Prova testemunhal	101
1.6.7.4.	Exame de corpo de delito.....	104
1.6.7.5.	Perícias	105
1.6.7.6.	Documentos	106
1.6.7.7.	Indícios	107
1.6.7.8.	Reconhecimento de pessoas ou coisas.....	107
1.6.7.9.	Declarações do ofendido.....	108
1.6.7.10.	Interceptação telefônica	108
1.6.8.	A inviolabilidade das comunicações telefônicas	110
1.6.9.	Inviolabilidade da correspondência, da comunicação telegráfica e dos e-mails	110
1.6.10.	Inviolabilidade de comunicação de dados	110
1.6.11.	Interceptação ambiental.....	111
1.6.12.	Quebra de sigilo bancário	111
1.6.13.	Colaboração premiada	111
1.6.14.	Prova pelo DNA	117
1.6.15.	Cadeia de custódia da prova penal	119
1.7.	Alegações finais (debates ou memoriais)	119
1.7.1.	Debates	119
1.7.2.	Diligências	119
1.7.3.	Memoriais.....	119
1.8.	Sentença	120

1.8.1.	Formas de pronunciamento judicial	120
1.8.2.	Estrutura material e correlação fática da sentença	120
1.8.3.	Adequação do fato imputado	120
1.8.4.	Reconhecimento de agravante na sentença (arts. 385 e 387, I do CPP)	122
1.8.5.	Estrutura formal da sentença (art. 381 do CPP)	123
1.8.6.	Sentença absolutória, condenatória e efeitos	123
1.8.7.	Sentença e ação civil ex-delito	123
1.8.7.1.	Fluxograma: procedimento ordinário	125
2.	PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO	125
2.1.	Fluxograma: procedimento sumário	126
3.	JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS	127
3.1.	Considerações iniciais	127
3.2.	Infração de menor potencial ofensivo	127
3.3.	Infração de menor potencial ofensivo e Estatuto da Pessoa Idosa	127
3.4.	Infração de menor potencial ofensivo e violência doméstica	127
3.5.	Procedimento da Lei 9.099/95	128
3.6.	Fases do procedimento	128
3.6.1.	Primeira fase	128
3.6.2.	Segunda fase	130
3.6.3.	Fluxogramas: juizados especiais e procedimento sumaríssimo	131
III.	PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	134
1.	TRIBUNAL DO JÚRI	134
1.1.	Introdução	134
1.2.	Princípios constitucionais	135
1.2.1.	Plenitude de defesa	135
1.2.2.	Sigilo das votações	135

1.2.3.	Soberania dos veredictos	136
1.2.4.	Competência do tribunal do Júri	136
1.3.	Procedimento	137
1.3.1.	Sumário da culpa.....	137
1.3.1.1	Fluxograma procedimento do júri – sumário da culpa	140
1.3.2.	Desaforamento.....	140
1.3.3.	Juízo da causa.....	141
1.3.3.1.	Fluxograma procedimento do júri – juízo da causa.....	146
1.4.	Recursos da decisão do Tribunal do Júri	146
1.4.1.	Apelação	146
1.4.2.	Princípio da <i>non reformatio in pejus</i> indireta	148
1.4.3.	Embargos de declaração.....	148
2.	CRIMES FUNCIONAIS.....	148
2.1.	Defesa preliminar.....	148
2.2.	Não aplicação do rito especial.....	148
2.3.	Consequências da não observância do rito	149
3.	CRIMES CONTRA A HONRA	149
3.1.	Audiência de reconciliação	149
3.2.	Exceção da verdade.....	149
3.3.	Exceção de notoriedade do fato	150
3.4.	Pedido de explicações em juízo	150
4.	CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL	150
4.1.	Crimes de ação penal privada.....	151
4.2.	Crimes de ação penal pública.....	151
5.	LEI ANTIDROGAS	152
5.1.	Denúncia.....	152
5.2.	Defesa prévia	152

5.3.	Manifestação do juiz.....	152
5.4.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	153
5.5.	Fluxograma: procedimento na Lei de Drogas.....	154
6.	LEI MARIA DA PENHA.....	154
6.1.	Vedações.....	155
6.2.	Representação.....	156
6.3.	Medidas protetivas de urgência.....	157
6.4.	Dos crimes envolvendo violência contra a mulher	159
7.	MODELOS DE PEÇAS	161
7.1.	Pedido de explicações	161
7.2.	Queixa-crime	163
7.3.	Resposta à acusação	169
7.4.	Defesa prévia – Lei de drogas.....	172
7.5.	Defesa preliminar – Funcionários públicos	175
7.6.	Memoriais.....	177
8.	PASSO A PASSO – PROCESSO E PROCEDIMENTO	182
	CAPÍTULO V – RECURSOS.....	185
I.	TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....	185
1.	CONCEITO DE RECURSO	185
2.	FUNDAMENTO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	185
3.	NATUREZA JURÍDICA.....	185
4.	PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	185
5.	PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS E SUBJETIVOS	186
5.1.	Pressupostos objetivos	186
5.2.	Pressupostos subjetivos.....	186
6.	PRINCÍPIOS	186

7.	EFEITOS DOS RECURSOS	187
8.	FLUXOGRAMA: TEORIA GERAL DOS RECURSOS	189
II.	RECURSOS EM ESPÉCIE	190
1.	APELAÇÃO	190
1.1.	Hipóteses de Cabimento	190
1.1.1.	CPP	190
1.1.2.	Lei 9.099/95	191
1.2.	Prazo	192
1.3.	Procedimento	192
1.4.	Fluxograma – Apelação	193
1.5.	Efeitos	193
2.	RECURSO EM SENTIDO ESTRITO	193
2.1.	Hipóteses de cabimento	193
2.2.	Prazo	196
2.3.	Procedimento	197
2.4.	Fluxograma – recurso em sentido estrito	197
2.5.	Efeitos	198
3.	CORREIÇÃO PARCIAL	198
3.1.	Hipóteses de cabimento	198
3.2.	Prazo e procedimento	198
4.	EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	198
4.1.	Hipóteses de cabimento	198
4.2.	Prazo e procedimento	198
5.	EMBARGOS INFRINGENTES E/OU DE NULIDADE	199
5.1.	Hipóteses de cabimento	199
5.2.	Prazo e procedimento	199
6.	CARTA TESTEMUNHÁVEL	200

6.1.	Hipóteses de cabimento	200
6.2.	Prazo e procedimento	200
7.	RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL	200
7.1.	Hipóteses de cabimento	200
7.1.1.	Supremo Tribunal Federal	200
7.1.2.	Superior Tribunal de Justiça	201
7.2.	Prazo e procedimento	201
8.	RECURSO ESPECIAL	202
8.1.	Hipóteses de cabimento	202
8.2.	Prazo e procedimento	203
9.	RECURSO EXTRAORDINÁRIO	203
9.1.	Hipóteses de cabimento	203
9.2.	Prazo e procedimento	203
10.	AGRAVO CONTRA DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	204
11.	RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	205
11.1.	Hipóteses de cabimento	205
11.2.	Procedimento	205
12.	MODELOS DE PEÇAS	205
12.1.	Apelação	205
12.2.	Contrarrazões de apelação	211
12.3.	Recurso em sentido estrito	214
12.4.	Contrarrazões de recurso em sentido estrito	220
12.5.	Correição parcial	222
12.6.	Embargos de declaração	225
12.7.	Embargos infringentes e/ou de nulidade	227
12.8.	Carta testemunhável	229

12.9.	Recurso ordinário constitucional	232
12.10.	Recurso especial.....	235
12.11.	Recurso extraordinário.....	238
12.12.	Agravo contra decisão denegatória de recurso especial e extraordinário	241
12.13.	Reclamação	244
13.	PASSO A PASSO – RECURSOS	247
CAPÍTULO VI – MEIOS DE IMPUGNAÇÃO		249
1.	HABEAS CORPUS	249
1.1.	Conceito	249
1.2.	Origem histórica.....	249
1.3.	O <i>habeas corpus</i> no Brasil.....	249
1.4.	Natureza jurídica	249
1.5.	Espécies.....	249
1.6.	Sujeitos.....	250
1.7.	Direito líquido e certo e hipóteses de impetração	250
1.8.	Coação ilegal (art. 648 do CPP).....	251
1.9.	Restrições constitucionais	252
1.10.	Competência	252
1.11.	Critérios de competência.....	252
1.12.	Procedimento	252
1.13.	Pedido de liminar.....	253
1.14.	Efeitos da concessão do <i>habeas corpus</i>	254
1.15.	Algumas hipóteses	254
1.16.	Recursos	256
1.17.	<i>Habeas corpus</i> de ofício	257
1.18.	Fluxograma: <i>habeas corpus</i>	257
2.	MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL.....	257

2.1.	Hipóteses de cabimento	257
2.2.	Legitimidade	258
2.3.	Competência	258
2.4.	Prazo	258
2.5.	Procedimento	258
3.	REVISÃO CRIMINAL	259
3.1.	Hipóteses de cabimento	259
3.2.	Revisão criminal e novo entendimento jurisprudencial mais benigno	260
3.3.	Procedimento	260
3.4.	Efeitos do julgamento	261
4.	MODELOS DE PEÇAS	261
4.1.	Habeas corpus	261
4.2.	Mandado de segurança	265
4.3.	Revisão criminal	268
5.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA UTILIZAÇÃO DOS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	270
CAPÍTULO VII – PRISÕES E MEDIDAS CAUTELARES		271
I.	CONCEITO DE MEDIDAS CAUTELARES	271
1.	MEDIDAS CAUTELARES E O PODER GERAL DE CAUTELA	271
2.	CLASSIFICAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES NO PROCESSO PENAL	271
2.1.	Medidas cautelares de natureza pessoal (acusado ou suspeito)	272
2.2.	Medidas cautelares de natureza civil (reparação do dano)	272
2.3.	Medidas cautelares relacionadas à prova	272
II.	PRISÕES	272
1.	DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS SOBRE A PRISÃO (ART. 5º, CF/88)	273
2.	PRISÃO PREVENTIVA	273
2.1.	Conceito	273

2.2.	Outras formas de prisão.....	273
2.3.	Requisitos legais	273
2.4.	Descumprimento das medidas cautelares – art. 312, §1º, CPP.....	274
2.5.	Finalidades da prisão preventiva: <i>periculum in mora</i> ou <i>periculum libertatis</i>	274
2.6.	Fluxograma: prisão preventiva.....	276
2.7.	Aspectos processuais.....	276
2.7.1.	Momento da decretação.....	276
2.7.2.	Natureza da decisão	276
2.7.3.	Autoridade competente	277
2.7.4.	Proibição da custódia preventiva	277
2.7.5.	Apresentação espontânea.....	277
2.7.6.	Prisão preventiva e crimes de falência	277
2.7.7.	Prisão e duração da custódia.....	277
2.7.8.	Prisão domiciliar	278
3.	PRISÃO EM FLAGRANTE	279
3.1.	Conceito	279
3.2.	Hipóteses de flagrante	279
3.3.	Espécies doutrinárias	280
3.4.	Garantias constitucionais.....	280
3.5.	Flagrante no crime permanente, habitual e continuado.....	281
3.6.	Flagrante na Lei 9.099/95	281
3.7.	Flagrante na Lei de Drogas.....	281
3.8.	Formalidades do auto de prisão em flagrante	281
3.9.	Verificação do auto de flagrante pelo juiz	281
3.10.	Proibição da prisão em flagrante	282
3.11.	Audiência de custódia (apresentação)	283
3.12.	Fluxograma da audiência de custódia (apresentação).....	285

4. PRISÃO TEMPORÁRIA.....	286
4.1. Conceito	286
4.2. Natureza cautelar.....	286
4.3. Requisitos legais: art. 1º da Lei 7.960/89.....	286
4.4. Decretação e prazo de duração.....	287
5. OUTRAS PRISÕES PROCESSUAIS.....	288
5.1. Prisão decorrente de pronúncia.....	288
5.2. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º)	288
5.3. Prisão para fins de extradição (Lei 12.878/2013) – Difusões vermelhas (“red notices”)	288
6. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	288
6.1. Conceito	288
6.2. Fundamento	288
6.3. Espécies.....	289
6.4. Fluxograma: espécies ou hipóteses de liberdade provisória	289
6.5. Liberdade provisória permitida, obrigatória e proibida.....	290
7. LIBERDADE PROVISÓRIA, RELAXAMENTO OU REVOGAÇÃO	290
8. MEDIDAS CAUTELARES	291
8.1. Requisitos	291
8.2. Modificações trazidas pela Lei nº 12.403/11.....	292
8.3. Fiança.....	293
8.4. Fluxograma: medidas cautelares	294
9. MODELOS DE PEÇAS	296
9.1. Relaxamento da prisão em flagrante.....	296
9.2. Revogação da prisão preventiva.....	298
9.3. Liberdade provisória	300
10. PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES.....	304

CAPÍTULO VIII – EXCEÇÕES E PROCESSOS INCIDENTAIS.....	305
I. EXCEÇÕES	305
1. CONCEITO DE EXCEÇÃO	305
2. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	305
2.1. Abstenção	306
2.2. Arguição	306
2.3. Acolhimento.....	306
2.4. Consequências	307
2.5. Suspeição na instância superior.....	307
2.6. Suspeição do órgão do Ministério Público.....	307
2.7. Outras pessoas que podem sofrer alegação de suspeição.....	307
2.8. Suspeição dos jurados	307
2.9. Suspeição ou impedimento das autoridades policiais.....	308
2.10. Impedimento e incompatibilidade	308
3. EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA	308
3.1. Abstenção	308
3.2. Alegação	308
4. LITISPENDÊNCIA	309
4.1. Regras aplicáveis à litispendência	309
5. ILEGITIMIDADE DE PARTE	309
6. COISA JULGADA.....	309
6.1. Regras aplicáveis à coisa julgada	310
7. DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO	310
7.1. Advocatária do Supremo Tribunal Federal.....	310
II. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS.....	311
1. SEQUESTRO.....	311
2. HIPOTECA	314

3. ARRESTO	315
III. PROCESSOS INCIDENTAIS.....	316
1. RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS.....	316
1.1. Fluxograma: pedido de restituição.....	316
2. INCIDENTE DE FALSIDADE	317
3. INCIDENTE DE INSANIDADE DO ACUSADO.....	317
3.1. Procedimento	317
3.2. Fluxograma: incidente de insanidade mental.....	318
4. MODELOS DE PEÇAS	319
4.1. Exceção de suspeição	319
4.2. Exceção de incompetência.....	321
4.3. Exceção de litispendência	322
4.4. Exceção de ilegitimidade de partes	324
4.5. Exceção de coisa julgada	326
4.6. Sequestro.....	327
4.7. Hipoteca.....	329
4.8. Arresto	331
4.9. Pedido de restituição de coisas apreendidas.....	333
4.10. Incidente de falsidade	334
4.11. Incidente de insanidade mental do acusado.....	336
5. PASSO A PASSO DAS QUESTÕES INCIDENTES.....	339
CAPÍTULO IX – EXECUÇÃO	341
1. INTRODUÇÃO	341
2. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	341
2.1. Guia de recolhimento	341
2.2. Superveniência de doença mental.....	342
2.3. Regimes de cumprimento	342

2.4.	Saída da prisão	343
2.5.	Identificação de perfil genético	344
3.	UNIFICAÇÃO DE PENAS	344
4.	PROGRESSÃO DE REGIME	344
4.1.	Regime fechado ao semiaberto	345
4.2.	Regime semiaberto para o aberto.....	346
4.3.	Fluxograma: progressão de regime.....	347
4.4.	Observações gerais	347
4.5.	Prisão domiciliar.....	347
5.	LIVRAMENTO CONDICIONAL	348
5.1.	Requisitos	348
5.1.1.	Requisitos objetivos.....	348
5.1.2.	Requisitos subjetivos	349
5.2.	Fluxograma: livramento condicional	349
5.3.	Período de prova.....	349
5.4.	Condições	350
5.4.1.	Condições obrigatórias	350
5.4.2.	Condições facultativas.....	350
5.5.	Causas de revogação do livramento condicional	350
5.5.1.	Causas de revogação obrigatória	350
5.5.2.	Causas de revogação facultativa.....	350
5.6.	Prorrogação do período de prova.....	351
5.7.	Extinção da pena	351
6.	REMIÇÃO E DETRAÇÃO DA PENA	351
6.1.	Remição.....	351
6.2.	Detração.....	351
7.	CUMPRIMENTO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS	352

7.1.	Imposição da pena restritiva de direitos.....	352
7.2.	Conversão da pena no curso da execução	352
7.3.	Prazo prescricional.....	352
8.	CUMPRIMENTO DA PENA DE MULTA.....	352
9.	CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE SEGURANÇA	353
9.1.	Conceito e pressupostos	353
9.2.	Espécies.....	354
9.3.	Execução	354
10.	AGRAVO EM EXECUÇÃO.....	354
10.1.	Hipóteses de cabimento	354
10.2.	Prazo e procedimento	354
11.	REABILITAÇÃO.....	355
12.	MODELOS DE PEÇAS	355
12.1.	Pedido de unificação de penas.....	355
12.2.	Pedido de progressão de regime	357
12.3.	Livramento condicional	359
12.4.	Agravo em execução.....	361
12.5.	Contrarrazões de agravo em execução	366
12.6.	Reabilitação.....	369
13.	PASSO A PASSO DO ADVOGADO NA EXECUÇÃO.....	372
	ANEXO I – TEMAS DE PROCESSO PENAL	373
1.	PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIIS	373
1.1.	Princípio do devido processo legal	373
1.2.	Princípios do contraditório e da ampla defesa.....	373
1.3.	Princípio do juiz natural	374
1.4.	Princípio da igualdade das partes (igualdade processual).....	374
1.5.	Princípio da presunção da inocência	374

1.6.	Princípio da ação, da demanda ou da inércia do juiz	374
1.7.	Princípio da publicidade	375
1.8.	Princípio da persuasão racional ou do livre convencimento	375
1.9.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	375
1.10.	Princípio da verdade real	375
1.11.	Princípio da identidade física do juiz	376
2.	COMPETÊNCIA	376
2.1.	Fluxograma	376
2.2.	Justiça competente	376
2.2.1.	Justiça militar.....	377
2.2.2.	Justiça Eleitoral.....	377
2.2.3.	Justiça Federal	377
2.2.4.	Justiça Estadual	378
2.3.	Competência por prerrogativa de função	378
2.4.	Comarca competente	379
2.5.	Vara competente.....	379
3.	PRAZOS	379
ANEXO II – TESES JURÍDICAS PENAIIS.....		381
1.	INTRODUÇÃO	381
2.	NULIDADES	381
2.1.	Notas introdutórias sobre nulidades	381
2.1.1.	Espécies de irregularidades	381
2.1.2.	Objeto da nulidade	382
2.1.3.	Nulidade absoluta e relativa	382
2.2.	Hipóteses de nulidade.....	383
2.3.	Extensão na nulidade	386
2.4.	Recurso.....	386

3. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	387
4. ABSOLVIÇÃO	388
4.1. Absolvição sumária no processo comum	388
4.2. Absolvição sumária no processo do júri	390
4.3. Absolvição final	390
5. REDUÇÃO DE PENA	391
6. DIREITOS SUBJETIVOS DO ACUSADO	392
7. TESES OCULTAS	393
ANEXO III – O ADVOGADO NO PAPEL DA ACUSAÇÃO	395
1. INTRODUÇÃO	395
2. ADVOGADO DO QUERELANTE	395
3. ADVOGADO DO ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO	395
4. TESES DO ADVOGADO NO PAPEL DA ACUSAÇÃO	396
5. MODELO DE HABILITAÇÃO	397
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	399